

EDITORES

João de Almeida
João Luiz da Silva Almeida

CONSELHO EDITORIAL

Clayton Macromoni
Suziane Torrealba Faverio
Inês Alegria Baccanbarck

João Ricardo Wanderley Dornelles
Marta Celso Santos Marques
Marilda Villela Lamanna

Tatiana Maria Dahmer Pereira
Valéria Lucília Forti
Yolanda Aparecida Dornamento Guerra

Rio de Janeiro

Centro - Rua da Assembleia, 10 Lapa GHI
CEP 20011-000 - Centro

Rio de Janeiro - RJ

Tel. (21) 2531-7199 Fax 2242-1148

Barra - Avenida dos Amérícos, 4200 Lapa II

Universidade Estácio de Sá

Campinas Tereza John - CEP 22230-011

Barra da Tijuca - Rio de Janeiro - RJ

Tel. (21) 2432-2548 / 3150-1585

São Paulo

Rua General Vasques, 48 - CEP 04058-010

Vila Cheltonópolis - São Paulo - SP

Telefone: (11) 5908-0340 / 5081-7772

Brasília

SECS quadra, 400 Lixo D - Lapa O9

CEP 70226-940 - Asa Sul - Brasília - DF

Tel. (61) 3225-8569

Minas Gerais

Rua Argemiro, 369 - sala 53

CEP 30190-110 - Bairro Piraú

Belo Horizonte - MG

Tel. (31) 3292-6371

Paraná

Rua Dr. José Pereira, 349 - São José 526

CEP 41770-235 - Curitiba

Salvador - BA - Tel. (71) 3341-3646

Rio Grande do Sul

Rua Pedro Obregon, 66 - Lapa 08

Montes de Viçosa - Porto Alegre - RS

CEP: 90520-000 - Tel. (51) 3214-0300

Esplanada Santa

Rua Constante Saldini, 322 - Torres

CEP: 20095-420 - Santa Lucia

Yaguajay - ES

Tel. (27) 3235-8628 / 3225-1059

**SERVIÇO SOCIAL:
TEMAS, TEXTOS E CONTEXTOS**

Coletânea Nova de Serviço Social

EDITORA LUMEN JURIS
Rio de Janeiro
2010

Categoria: Serviço Social

Produção Editorial

Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.

não se responsabiliza pelas opiniões emitidas nesta obra.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, inclusive quanto às características gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§. e Lei n° 6.895, de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e indenizações diversas (Lei n° 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Revisão

Formas Consultoria & Editoração Ltda

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

551.4

Serviço social : temas, textos e contextos : coletânea nova de serviço social / Valéria Forti, Yolanda Guerra, organizadoras. - Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2010.

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-375-0788-9

1. Serviço social. 2. Serviço social - Filosofia. 3. Assistentes sociais - Formação. 4. Qualificações profissionais. I. Forti, Valéria. II. Guerra, Yolanda. III. Título. Coletânea nova de serviço social.

10-1832.

CDD: 361

CDD: 364

018633

27.04.10 28.04.10

Sumário

Prefácio	vii
Profª Drª Maria Carmelita Yazbek	
Apresentação	xi
Valéria Forti e Yolanda Guerra	
Sobre os Autores	xv
PARTE I	
"Na prática a teoria é outra?"	3
Valéria Forti	
Yolanda Guerra	
Imediatez na Prática Profissional do Assistente Social	23
Mazilene A. Coelho	
PARTE II	
O Estado da Arte sobre os Instrumentos e Técnicas na Intervenção Profissional do Assistente Social - uma Perspectiva Crítica	47
Claudia Mônica dos Santos	
Karine Noronha	
Documentação em Serviço Social: Debatendo a Concepção Burocrática e Retineira	65
Cleier Marconsin	
PARTE III	
O Estágio no Processo de Formação dos Assistentes Sociais	79
Efêusa Bilenjian Ribeiro	

QUIROGA, Consuelo. *Invasão positivista no marxismo*. São Paulo: Cortez, 1991.

VASCONCELOS, Ana M. de. *A prática do serviço social: cotidiano, formação e alternativas na área da saúde*. São Paulo: Cortez, 2002.

VÁZQUEZ, Adolfo S. *Filosofia da Práxis*. Rio de Janeiro Paz e Terra, 1968; São Paulo: Expressão Popular e CLACSO, 2007.

Imediaticidade na Prática Profissional do Assistente Social

Mazilene A. Coelho

Apresentação

O presente artigo objetiva refletir a imediaticidade na prática profissional do assistente social. A superficialidade extensiva da vida cotidiana, a forma fragmentada como o pensamento hegemônico apreende a realidade na sociedade capitalista e a sua tendência à naturalização dos fenômenos sociais conduzem ao obscurecimento da essência ao considerar o aparente como a substância.

O conhecimento da realidade implica o desvelamento da aparência, e a consciência assume um papel fundamental nesse processo. Para apreender a essência, a consciência movimenta-se dialeticamente, a fim de capturar as mediações que conectam os complexos sociais constitutivos e constituintes da totalidade do ser social e supera, no plano do pensamento, a imediaticidade.

A prática profissional do assistente social caracteriza-se pela rotina, pela repetição de tarefas e pela espontaneidade necessárias para responder às múltiplas exigências estabelecidas no âmbito da reprodução social. Para responder às heterogêneas e imediatas demandas socioinstitucionais no cotidiano da prática profissional, os assistentes sociais – como muitos outros profissionais – por meio do movimento da consciência que se atém à certeza sensível, ou à percepção ou ao entendimento, aprendem apenas as expressões fenomênicas da realidade, conectando imediatamente pensamento e ação.

Entende-se imediaticidade como uma categoria reflexiva que designa um certo nível de recepção do mundo exterior pela consciência. Para refletir a imediaticidade na prática profissional do assistente social, buscou-se discernir as formas como a consciência conhece a realidade. O presente artigo tem por objetivo refletir as características da prática profissional orientada pela imediaticidade e alguns aspectos da prática profissional fundamentada na razão histórico-crítica.

Para descrever o caminho que a consciência percorre em busca do conhecimento, recorre-se à obra de Hegel (2001), *Fenomenologia do espírito*. Segundo o autor, nesse caminho, a consciência movimenta-se da certeza sensível para a percepção, da percepção para o entendimento e do entendimento para a razão dialética. Como a realidade, para Hegel (2001), é posta pelo

pensamento, buscou-se no materialismo histórico-dialético fundado por Karl Marx (2004; 2005; 2007), os fundamentos ontológicos para apreender a caráter concreto do ser social, com base nas dinâmicas de suas contradições dialéticas, suas conexões e legalidades, a fim de estabelecer a relação entre imediatividade e mediação e demonstrar que a vida cotidiana frequentemente oculta a essência do próprio ser.

1. O caminho para o conhecimento

A forma como a consciência apreende a realidade é processual, aproximativa, acumulativa e socialmente determinada. Importantes descobertas acerca desse processo foram realizadas por Hegel (2001, p. 72), que explicita em sua obra *Fenomenologia do Espírito*, publicada em 1806, "o caminho para a ciência [que] já é ciência ele mesmo, e portanto, segundo o seu conteúdo é a ciência da experiência da consciência". O que Hegel (2001, p. 71) denomina de experiência é "o movimento dialético que a consciência exercita em si mesma, tanto em seu saber como em seu objeto, enquanto dele surge o novo objeto verdadeiro para a consciência".

Para o pensamento hegeliano, ao percorrer o caminho em direção à verdade, a consciência despoja-se da aparência que a prende a algo estranho para apreender a sua verdadeira essência. O movimento dialético que a consciência exercita, consubstancia-se em um sistema que implica a passagem de uma estação a outra, ou de um nível a outro, buscando o desvelamento total do caminho ou os mais altos níveis de compreensão. Essa passagem não pode ser confundida com os estágios presentes no *praticismo* e no *metodologismo*, conforme analisa Montano (2007). Já no prefácio de *Fenomenologia do Espírito*, Hegel (2001, p. 31) adverte que a passagem "contém um tornar-se Outro que deve ser retomado, e é uma mediação: mesmo que seja apenas passagem a outra proposição". O passar à outra proposição consiste no movimento dialético da consciência que busca captar a verdade. O verdadeiro para Hegel (2001, p. 31) é o todo, "mas o todo é somente a essência que se implementa através de seu desenvolvimento".

Nesse movimento, as determinações reflexivas essência-fenômeno-aparência surgem, em sua processualidade dialética, do caminho que a consciência percorre em busca aos mais altos níveis de apreensão da realidade. Verifica-se, portanto, que a experiência em referência não é a experiência do senso comum. Trata-se de uma "experiência abalada na sua segurança, imbuída do sentimento de não possuir a verdade toda; é uma experiência já no caminho do conhecimento real", assinala Marcuse (2004, p. 91).

Essa perspectiva de investigação possibilitou a discussão e a análise da imediatividade na prática do assistente social por meio de dois eixos que se conectam. Primeiro, abriram-se caminhos para submeter à crítica como a imediatividade ou a imediatez do fazer profissional condiciona a concepção que os assistentes sociais têm da elaboração teórica e, portanto, ao empobrecê-la, restringem-se à prática reiterativa. A reiteração, segundo Vázquez (1977), é um componente da práxis e constitui um nível da prática ineliminável, mas não pode ser toda a prática. Segundo, adentra-se no debate acerca da relação teoria e prática, enfatizando os estágios da consciência a caminho do conhecimento e buscando elucidar o debate filosófico entre o entendimento e a razão.

Verifica-se que a prática profissional assume diferentes orientações e características em decorrência do nível de receptividade do mundo exterior pela consciência. Como na cotidianidade tende a prevalecer a conexão imediata entre pensamento e ação, a imediatividade é a categoria reflexiva que orienta a prática profissional quando o nível de consciência do assistente social atém-se à certeza sensível, ou à percepção ou ao entendimento.

O caminho para o conhecimento inicia-se no estágio da certeza sensível, no qual a consciência, ao indagar sobre si mesma e sobre o seu objeto, torna-se cônica que o conhecimento, que de início provém da certeza do indivíduo enquanto ser singular, em relação ao objeto singular, que simplesmente é, relaciona-se com o universal. Nesse momento ocorre a supressão para a percepção. Quando atinge esse estágio, a consciência, para conhecer o objeto singular, quer apreender as propriedades desse objeto. Mas tais propriedades relacionam-se entre si, elas apenas podem ser firmadas na relação com as propriedades do próprio objeto. Abalada na verdade da percepção, a consciência movimenta-se para o reino do entendimento. Essa dimensão é constitutiva, segundo Hegel (2001), de dois momentos: o momento da força e o momento da formulação de leis.

O momento da força implica em um retorno à percepção, relacionando as propriedades, agora de diferentes objetos, em um movimento complexo, no qual a consciência passa de um extremo a outro. De um lado desse extremo está o solicitante e, de outro, o solicitado. De um lado está o objeto e, de outro, o sujeito e o seu conhecimento sobre as propriedades de diferentes objetos. No momento seguinte, cônica desse movimento, a consciência formula leis relacionando as características singulares e universais desses objetos. No entanto, esses objetos relacionam-se entre si apenas para firmarem o que eles são. Quando a consciência busca estabelecer as mediações entre os objetos e a existência desses objetos, ocorre a supressão para a razão dialética.

Trata-se de um movimento que, ao mesmo tempo, aniquila, recupera e supera os conhecimentos do sujeito em relação ao objeto, conduzindo a consciência à suprassunção de um estágio a outro até chegar à verdade, que, para o pensamento hegeliano, resulta da ideia.

O pensamento hegeliano, contudo, cessa esse movimento no presente, quando se constitui a identidade entre o sujeito e o objeto. Marx (2004), ao indagar o que fazer com a dialética hegeliana, cria o materialismo histórico-dialético, desvela os fundamentos ontológicos para apreender a caráter concreto do ser social, com base nas dinâmicas de suas contradições dialéticas, suas conexões e legalidades. A fim de estabelecer a relação entre imediatez e mediação e demonstrar que a vida cotidiana frequentemente oculta a essência do próprio ser, recorre-se ao materialismo histórico-dialético.

2. A prática profissional orientada pela certeza sensível e pela percepção

A experiência da consciência tem início na certeza sensível, com o saber imediato. Nesse momento, começa o conhecimento em busca da verdade, e tanto o sujeito, quanto o objeto, aparecem como *iso individual*, cujas propriedades determinantes são o aqui e o agora. Na certeza sensível alojada na experiência do senso comum do cotidiano assenta-se a verdade do sujeito e do objeto singulares, que ainda não é a verdade porque se desvantece na verdade de um outro aqui e agora, "os únicos elementos que permanecem constantes no meio da mudança continua dos dados objetivos" (MARCUSE, 2004, p. 99). O que acontece, contudo, quando este aqui e agora apresentado como a verdade de um sujeito e objeto singulares transparece como a verdade universal?

A experiência profissional do assistente social quando alojada somente na certeza sensível, anuncia uma verdade referente ao fazer ou ao exercício profissional sustentada no aqui e no agora singulares que aparecem como universais. Essa verdade somente toma força à medida que se relaciona com o Outro, ou seja, com a negação de uma outra verdade e, por isso, ela se desvanece no Outro. O que anuncia a automanifestação de assistentes sociais cuja verdade se aloja na certeza sensível?

Quando o profissional do Serviço Social afirma categoricamente, por exemplo, que os conhecimentos histórico, teórico-metodológico e ético-político transmitidos/apreendidos no processo de formação profissional não encontram aplicabilidade no cotidiano do seu exercício profissional, ele manifesta a sua verdade, que, de início, é a sua verdade como indivíduo. Trata-se da verdade que advém do saber imediato, portanto, da certeza sensível de um

profissional que, embasado em sua experiência cotidiana, instaura a verdade do objeto em referência: o Serviço Social, ou mais especificamente, o Serviço Social identificado como prática profissional.

Tal experiência é guiada/descendida pelos sentidos e aparece sempre como a experiência do próprio sujeito, o sujeito como indivíduo que toma o objeto em sua singularidade e, nessa relação, o objeto aparece como essencial. Para o indivíduo que experimenta tal experiência, o lugar da verdade está no objeto, e ele confere o status de verdade ao objeto. Essa verdade é anunciada na forma do discurso do sujeito como o automanifestar-se e autorreconhecer-se na experiência do aqui e do agora, do imediato. O que são, pois, esse aqui e esse agora automanifestado e autorreconhecido pelo assistente social no discurso pautado na certeza sensível? Como o profissional automanifesta esse aqui e esse agora?

Quando o profissional anuncia a verdade de seu fazer profissional guiado pela certeza sensível, ele sabe do aqui e do agora no qual se encontra. Ele considera que de sua experiência alojada na certeza sensível advém o mais rico saber e o saber científico, ou seja, os fundamentos históricos e teórico-metodológicos da profissão transmitidos durante o seu processo de formação não têm validade e aplicabilidade para esse aqui e esse agora no qual ele se encontra.

Para esses profissionais – que antes de externarem a sua experiência não ultrapassaram (no sentido de suprassumir) esse aqui e esse agora – o saber sobre o seu fazer profissional simplesmente é. O saber relativo ao fazer profissional é o que esse sujeito, como ser singular, percebe por meio dos sentidos, ou seja, o saber profissional é o que ele percebe porque vê, sente, apalpa, ouve, cheira. Esse saber é o saber imediato.

Provavelmente a fala do assistente social que desenvolve o seu fazer profissional guiado pela certeza sensível que mais denote a verdade instaurada exclusivamente pela experiência do próprio sujeito como o mais rico e pleno conhecimento, seja a proferida frase na prática a teoria é outra. A teoria é outra não no sentido de reconhecer que uma outra lógica ou racionalidade esteja presente no espaço socio-ocupacional, mas porque o conhecimento válido é aquele que advém de sua experiência como sujeito singular que anuncia a verdade de um objeto singular. É ele, o profissional que sabe o seu fazer, conhece o aqui e o agora desse fazer, as dificuldades que encontra para responder às exigências cotidianas. Para esse profissional, a verdade passa a ser o seu discurso assentado na certeza sensível, a automanifestação do próprio sujeito.

Nessas condições, a valorização da prática profissional desenvolvida assenta-se na verdade instaurada no aqui e no agora, no momento presente que implica a negação de todos os outros momentos. Contudo, esse saber alojado

na certeza sensível referente ao abeto singular, ao ser evidenciado na automanifestação ou no autorreconhecimento do sujeito, já é universal.

Ao automanifestar-se e autorreconhecer-se no saber imediato que advém da experiência direta com o objeto – o fazer profissional –, o sujeito estabelece relação com o Outro, com outra verdade. Essa mediação encontra-se evidenciada no conteúdo e na forma como o sujeito se automanifesta, se autorreconhece, ou seja, em sua fala. Quando o assistente social afirma que a verdade está em sua experiência prática cotidiana porque dela advém o saber imediato relativo ao seu fazer profissional, essa verdade já não é pura imediatez, pois ocorreu o encontro de dois seres – o este sujeito, o profissional, e o este objeto, o fazer profissional. O encontro do profissional e do fazer profissional implica mediações, pois "tanto um como outro não estão na certeza sensível apenas de modo imediato, mas estão, ao mesmo tempo, mediatizados" (HEGEL, 2001, p. 75).

Por outro lado, ao afirmar o que é o seu fazer profissional embasado na certeza sensível, o assistente social já está se relacionando com o não-ser, com o que não é o seu fazer profissional: na prática, o fazer profissional não é o fazer profissional que é transmitido durante o processo de formação, para o qual se requer o acionamento de recursos teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos. Quando alguém diz, eu me basto, eu sou autossuficiente como profissional e necessito somente da certeza sensível para instaurar a verdade sobre o meu fazer profissional, estou dizendo: não preciso do outro, estou me relacionando com o outro como um não-ser.

O que é esse fazer profissional que surge da experiência do próprio sujeito e se fundamenta na certeza sensível? O profissional é aqui o sujeito como indivíduo. O sujeito é o profissional que para autorreconhecer-se como tal desenvolve um fazer profissional. Antes, porém, de o profissional autorreconhecer-se como tal é preciso que Outros o reconheçam, e três condições determinantes se apresentam na realidade brasileira: ser graduado no curso de Serviço Social de nível superior, estar regularmente inscrito no Conselho Regional de Serviço Social e vender a sua força de trabalho.

O Serviço Social, apesar de ser "regulamentado como uma profissão liberal, não tem uma tradição de prática peculiar às profissões liberais na acepção corrente do termo", afirma Iamamoto (IAMAMOTO; CARVALHO, 1982, p. 80). Para desenvolver o seu fazer profissional, o assistente social, não dispondo das condições materiais, necessita que alguma instituição, pública ou privada, compre a sua força de trabalho. Essas mediações, determinações e condicionalidades não se apresentam para este aqui e este agora no discurso desse profissional.

O profissional cuja prática profissional orienta-se pela certeza sensível, não considera a direção social que se põe em movimento por meio da objetivação de seu trabalho. Ele considera que o fazer profissional é por ele instituído, é o seu objeto singular. O conteúdo contido nessa prática restringe-se ao que é suficiente para o desencadeamento de prontas respostas prático-utilitárias. Trata-se de uma prática cuja significação aparentemente se encontra nela mesma, em si. E, quando o assistente social, premido pela urgência das coisas e pelo ritmo acelerado do cotidiano, esilhaça-se, ele questiona a escolha que fez pela profissão e não a coisa em si. Verifica-se que a forma de objetivação da prática profissional dos assistentes sociais que se orientam pela certeza sensível esvaziou-se de conteúdo e se afastou das atribuições da profissão, é um não-ser profissional, mas, certamente, é uma outra coisa.

O significado e o sentido histórico das práticas sociais que assumem essas características somente podem ser apreendidos no todo, no modo de ser da sociedade. Esse modo de fazer se propaga por meio de práticas sociais que não aprendem a negação constitutiva do aqui e do agora. As condições econômico-sociais e político-culturais para a propagação dessas práticas tanto são produzidas pelo modo de ser da sociedade capitalista como são necessárias. A consciência alojada na aparência prelude o conhecimento no reino da experiência diária, na imediatez dos sentidos, significando que não há o suprassumir para outro nível de compreensão. Prevalece o sentimento em relação ao mundo e não uma concepção de mundo.

No entanto, o imediato do saber decorrente da análise da experiência cotidiana não pode ser descartado, porque é a "imediatez que é o ser, ou a imediatez para o saber", como esclarece Hegel (2001, p. 29).

O fim, portanto, não está na imediatez do ser, na forma imediata como esse ser aparece e, ao mesmo tempo, esse imediato não pode ser abandonado. A experiência advinda da certeza sensível demonstra que a verdade não está no objeto singular e nem no indivíduo singular, pois, nessa relação, o aqui e o agora imediatos apontados são desalojados do senso comum, negam-se mutuamente na mediação que estabelecem com o universal. A certeza sensível exclui de si toda oposição e, por isso, ela não suporta nenhuma diferença.

No entanto, quando se apontam esse aqui e esse agora, eles já deixaram de ser, não são "um simples imediato, e sim um movimento que contém momentos diversos. Põe-se este, mas é um Outro que é posto, ou seja, o este é suprimido" (HEGEL, 2001, p. 79). Trata-se de um movimento no qual a verdade resulta de um duplo processo de negação. Hegel (2001) indica nesse movimento o suprasumir de uma verdade na outra. Ele diz que, ao indicar o

agora como verdadeiro, ele já foi suprasumido. Ao afirmar, como segunda verdade, o que esse agora foi, ela já está suprasumida.

Faz-se necessário despendar esforços para aprender esse movimento na experiência da consciência sensível que não descarta o imediato, mas o suprasume, negando-o e o conservando ao mesmo tempo. Nas palavras de Hegel (2001, p. 84), a suprasunção apresenta sua dupla significação verdadeira que vimos no negativo: "é ao mesmo tempo um *negar* e um *conservar*. O nada, como *tudo isto*, conserva a imediatez e é, ele próprio sensível; porém, é uma imediatez universal."

A certeza sensível, ao dar-se conta de que a sua *verdade* é o universal e que, sem essa mediação, ela não pode captar o aqui e o agora, caminha para uma outra dimensão, negando, e, ao mesmo tempo, conservando o imediato. Verifica-se na processualidade do pensamento que busca captar a verdade que o imediato é constitutivo e constituinte do movimento dialético. Como o desenvolvimento desse movimento da consciência está interligado ao desenvolvimento do mundo objetivo, o imediato tampouco pode ser descartado da substância, do ser. O modo de aparição imediato do mundo objetivo constitui um elemento da esfera da vida cotidiana. No entanto, é dessa dimensão do imediato que pode ocorrer a suprasunção para outros níveis de consciência e de práticas sociais.

A *verdade*, o conteúdo real da certeza sensível, é o universal. Como o que ela quer captar é o *aqui* e o *agora*, cujo conhecimento é revelado naquilo que permanece, algo que é universal, a experiência da consciência, no caminho para conhecer a *verdade*, remete-se à percepção sensível. Segundo Hegel (2001, p. 83), ao contrário da certeza sensível, o princípio geral da percepção é a universalidade. "assim também são universais seus momentos, que nela se distinguem imediatamente: o Eu é um universal, e o objeto é um universal".

O princípio da universalidade emerge da indagação da certeza sensível, resulta da destruição do senso comum, da experiência universal, da simplicidade mediata. Por isso, Hegel (2002, p. 83) diz que o aprender da percepção "não é mais um aprender aparente [fenomenal], como o da certeza sensível, mas um aprender necessário".

A essência da percepção é a universalidade tanto do objeto quanto do sujeito. O objeto necessita de exprimir a sua simplicidade mediata como a sua natureza e, para tanto, mostra-se como uma coisa de muitas propriedades, apreendidas pela percepção que contém, segundo Hegel (2001, p. 84), "a negação, a diferença ou a múltipla variedade em sua essência". Isto é, a coisa, o objeto, é apreendido segundo as propriedades que contém ao relacionar-se consigo mesma.

Qual a forma e o conteúdo da prática profissional do assistente social guiada pela percepção? Essa análise, é necessário advertir, inicialmente, somente é possível porque a prática profissional é tomada em sua singularidade, em si mesma, de forma endógena. Ainda que o seu princípio seja o universal, a consciência mantida na percepção busca um repouso na apreensão das diferentes propriedades da coisa em si, apreende a negação com base nas prioridades que guardam a autonomia entre si, não se relaciona com as outras coisas. Ela está retida na aparência, mas contém a negação, a diferença e a múltipla variedade em sua essência, e o que dali emerge para a consciência é considerado verdadeiro. Porém, o seu critério de *verdade* é a igualdade consigo mesmo. A consciência, além de perceber, é cônica de sua reflexão sobre si, e este é o passo adiante construído em relação à certeza sensível.

As análises do processo histórico de constituição da profissão demonstram que o seu foco é a intervenção. Em sua emergência, a formação profissional objetivava dotar o fazer profissional de princípios deontológicos, o aliar os valores éticos e morais adequados e necessários à convivência social no âmbito da sociedade capitalista. Cada situação com a qual o profissional se deparava era captada pela sua simplicidade mediata, em sua imediatez. O fazer profissional pressupunha a identificação de problemas sociais e morais vivenciados por um indivíduo e o seu núcleo familiar, sempre apreendido como Uno. Esse fazer profissional se reproduz na atualidade, tanto na vertente denominada por Netto (1996), de reatualização do conservadorismo, quanto na prática de caráter neoconservadora orientada pelo pensamento pós-moderno.

O profissional possui conhecimento para discernir as problemáticas vividas pelo indivíduo e sua família, isto é, identificar as suas *carências*. Tal identificação, ou o diagnóstico, dá-se mediante a negação da situação considerada adequada: carência alimentar em negação à alimentação satisfatória, falta de moradia em contraposição à moradia etc. Essa negação remete à universalidade, ao mesmo tempo em que é Uno. Entretanto, todo o cuidado é necessário para que o agente profissional não apareça simplesmente como um fantoche manipulado por um ser invisível que estabelece o adequado, ou que não aparece como instituidor da *verdade*, aquele que manipula.

Segundo Netto (2001, p. 89), a afirmação e o estatuto profissional ocorrem por meio de um duplo dinamismo: aquele que é deflagrado pelas demandas que lhe são socialmente colocadas e "aquele que é viabilizado pelas suas reservas próprias de forças (teóricas e prático-sociais), aptas ou não para responder às requisições extrínsecas – e este é, enfim, o campo em que incide o seu sistema de saber".

O obscurecimento desse duplo dinamismo conduziu à percepção da autoimagem da profissão construída pela distinção entre o estatuto teórico e o prático-profissional, afirma Netto (2001). O eixo de demandas histórico-sociais que se apresentavam como universo problemático original para o Serviço Social foram as sequelas da *questão social*. Ao tornar-se objeto de intervenção contínua e sistemática do Estado, tendo em vista o novo reordenamento econômico e político para assegurar a expansão e a acumulação do capital monopolista, a *questão social* foi fragmentada, e suas expressões tomadas como problemáticas particulares. Netto (2001) analisa os nexos causais entre essa dinâmica no processo de constituição do monopólio e das transformações que ela implicou no papel e na funcionalidade do Estado burguês e o desenvolvimento do Serviço Social como profissão, seu núcleo organizativo e sua norma de atuação.

As sequelas da *questão social* foram recorridas e apreendidas como problemáticas particulares pelo pensamento e pela ideologia burguesa, aparecendo como *problemas sociais* e as respostas a elas também foram fragmentadas. Com essa conversão, os problemas sociais transfiguram-se em problemas pessoais. A dinâmica e a lógica operada remetem à relação entre o público e o privado, e se conecta, segundo Netto (2001), ao giro¹ que a organização monopolística da sociedade burguesa conferiu ao enfrentamento das refrações da *questão social* e derivada da contínua, sistemática e estratégica intervenção estatal sobre elas.

Nesse contexto, a refuncionalização do Estado não abandona o fundamento do individualismo da tradição liberal. A estratégia de implementação de políticas sociais públicas na base dos monopólios para o enfrentamento das sequelas da *questão social*, visando criar condições sociais para o desenvolvimento do indivíduo, não retira a sua responsabilidade sobre o seu destino. Ao contrário, o princípio da *oportunidade dada a todos*, cabendo a cada um o aproveitamento das possibilidades que podem ser acessadas, tanto se acentua e se legitima na organização monopolística, pelo viés da psicologização da vida social, como estabelece um relacionamento *personalizado* entre o indivíduo e as instituições. Conforme Netto (2001, p. 42), tais estratégias não solucionam as refrações da *questão social* que afetam o indivíduo, mas "são suficientemente labéis para entrelaçar nos serviços que oferecem e executam desde a indus-

ção comportamental até os conteúdos econômico-sociais mais salientes da ordem monopolística".

Ao mover-se de acordo com essa lógica, a consciência tende a frear-se na dimensão da percepção. Nessas condições, o assistente social vincula o conhecimento da realidade a um objeto em si. Ele detecta a problemática com a qual trabalha como Uno. Tal problemática é apresentada por um indivíduo que a vivencia, e, como as suas reservas próprias de força (teóricas e prático-sociais) não se encontram aptas para responder às requisições extrínsecas, a sua consciência interrompe o seu curso e passa a manipular a problemática sempre com o mesmo conteúdo. A satisfação buscada pela consciência encontra repouso quando atinge o já conhecido, ou o aceitável, considerado socialmente necessário pelo pensamento e ideologia hegemônica que norteiam esse fazer. E essa é a questão.

Para o assistente social, cuja prática se guia pela percepção, o seu fazer profissional ou aparece como algo estabelecido de fora, ou aparece como resultado de sua experiência e capacidade de manipular as informações transmitidas pelo indivíduo que recorre ao Serviço Social. Na primeira situação, ele se sente manipulado, mas a sua consciência encontra um ponto de repouso que justifica o seu fazer. Na segunda, ele manipula, por meio de sua experiência, a situação e, ao sentir-se como o instituidor da *verdade*, porque ele é um meio universal, procura remeter o indivíduo que busca o Serviço Social para o mesmo jogo de satisfação, e o usuário é levado a reconhecer a sua problemática e, por meio de suas forças, revertê-la com o reconhecimento das oportunidades que estão dadas.

3. A força do entendimento e a prática profissional

A prática profissional do assistente social, cujo movimento da consciência repousa no entendimento, encontra a aparência dos fenômenos e a toma como se fosse a essência. Nessa dimensão do movimento da consciência em busca do conhecimento da real, o conceito emerge da reflexão referente ao interior do próprio fenômeno como uma totalidade do aparecer. Os fenômenos não revelam o que é a realidade, a essência está escondida sob a aparência das coisas, e o conteúdo encontra-se envolto pela forma, pelo formalismo.

Os aspectos que sobressaem na análise da prática profissional orientada pelo entendimento são a naturalização e a fragmentação dos processos e fenômenos sociais e a questão do método de conhecimento/intervenção na realidade.

Verifica-se, na descrição da prática profissional cuja consciência se prende ao entendimento, que a naturalização dos fenômenos sociais tem expressão

1. Conforme Netto (2001, p. 34-35), no movimento que denominou esse giro, "coefficientam quer as exigências econômico-sociais próprias da idade do monopólio, quer o protagonismo político-social das camadas trabalhadoras, especialmente o processo de lutas e de auto-organização da classe operária; mas intercorrem também, com significativo peso, o novo dinamismo político e cultural que possui a permeia a sociedade burguesa com as crescentes diferenciações no interior da estrutura de classes".

na forma como as sequelas da *questão social* são enfrentadas no cotidiano como problema do indivíduo, pela negação do caráter classista da *questão social*, pela adequação do exercício profissional às estruturas técnicas, legais e burocráticas das instituições e como *demandas* que se apresentam e são reconhecidas e respondidas de forma imediata pelo assistente social. Tais características acham-se organicamente imbricadas, mas, tomadas como indiferentes e independentes entre si mesmas, a forma cinde-se do conteúdo, porque ele já está dado. A forma, considerada em si mesma, conduz a consciência a apreender o fenômeno como evanescente, e, por isso, a própria forma se desmorona e, tratada como independente do conteúdo, ela se torna o próprio conteúdo.

Nessas condições, quando o assistente social é chamado a indicar as *demandas* atendidas pelo Serviço Social, ora elas aparecem como o procedimento técnico (apoio, triagem,² laudo, estudo de elegibilidade, visita domiciliar, cadastramento, reunião, orientações); ora aparecem como instrumental técnico (entrevista, estudo ou ficha socioeconômico, questionário); ora como *problema social* (relacionamento, conflito familiar, doenças etc.); ora como estratégias de ação (agilização de vagas, entrega de cesta de alimentos, benefícios de prestação continuada, contatos com escola, encontros com famílias etc.).

A naturalização³ dos processos sociais invoca a concepção dualista de sociedade. De um lado, há a coisa em si, os fenômenos que já estão dados, não podem ser conhecidos e nem modificados, devem ser aceitos, pois não pertencem ao reino dos homens, não resultam das relações entre os homens, e, de outro, os fenômenos que podem ser conhecidos por meio da intuição e do entendimento.

Outro aspecto a ser ressaltado é a fragmentação dos processos sociais. A realidade, segundo Lukács (1979a, p. 79), é constituída por "complexos dinâmicos multifacéticos e por suas múltiplas relações dinâmicas, enquanto o intelecto é capaz de captar apenas o fenômeno imediato e suas reproduções abstratas". Os fenômenos captados em sua imediatez aparecem como uma universalidade incondicionada, como uno, como um fragmento que se relaciona com o outro apenas para firmar as suas propriedades e, delas, derivar o conceito em si. O entendimento não estabelece a conexão dialética e contraditória entre as coisas, os processos sociais, mas sim a razão dialética. Em decorrência, na

dimensão do entendimento, os objetos parecem ter uma existência autônoma, e esse é o princípio da fragmentação. Acerca da relação entre o entendimento e a razão, Lukács (1979a, p. 79) esclarece:

a razão se desenvolve sempre a partir do intelecto, mas ambos – na medida em que são orientados para a mesma realidade – usam as mesmas categorias enquanto princípios ordenadores da realidade (embora essa seja captada diferentemente); ou seja, usam as determinações reflexivas, "só" que o intelecto realiza essa operação na falsa separação imediata e a razão o faz na verdadeira coordenação dialeticamente contraditória.

O objeto destituído das conexões dialéticas e contraditórias com os demais objetos relaciona-se com a universalidade apenas para firmar o que ele é em si, como uno incondicionado.

Para o Serviço Social, essa fragmentação resulta em consequências que se relacionam com a própria natureza difusa e polimórfica da *questão social*, como afirmam Netto (2001) e Guerra (1999). A fragmentação dos complexos sociais é a forma ideopolítica como a sociedade capitalista responde às contradições socioeconômicas e político-culturais geradas pelas relações de produção e a reprodução social para garantir o controle social, tendo em vista os antagonismos entre as classes fundamentais. Como os processos sociais são fragmentados, as respostas às contradições e aos antagonismos que emergem das relações entre as classes sociais também o são.

A compreensão do Serviço Social determinada pela forma fragmentada de inserção e apreensão da realidade com base em políticas sociais tipificadas em problemas sociais singulares tem a sua raiz no pensamento positivista e se encontra presente desde a emergência da profissão. Na atualidade, a tendência à fragmentação do Serviço Social em especialidades ganha força e visibilidade pelo grau de competitividade no mercado de trabalho, decorrente da corrida das profissões pelos espaços sócio-ocupacionais, pela quebra das fronteiras entre os saberes e a exigência de uma mão de obra que domine, ao mesmo tempo, conhecimentos gerais para o exercício de múltiplas tarefas e conhecimentos específicos para responder à segmentação interna.

Para esse tipo de pensamento, a naturalização e a fragmentação dos processos sociais são princípios determinantes que forjam o que Coutinho (1972) denomina *sentimento de mundo*. Em congruência com esses princípios, há o próprio método, ou, na acepção positivista, o conjunto de procedimentos racionais, baseados em regras racionais que visam atingir um objetivo determinado, o conhecimento do objeto, dos fatos sociais.

2 Verifica-se a utilização de terminologias diferenciadas para caracterizar procedimentos técnicos que visam à qualificação da demanda ou do serviço prestado, como a triagem e o estudo para fins de elegibilidade para atendimento.

3 A naturalização dos processos sociais vincula-se aos processos de reificação. Os fenômenos sociais reificados adquirem existência autônoma, são descontextualizados.

No âmbito do Serviço Social brasileiro, do ponto de vista da perspectiva positivista, doutrina e expressão do ideário do pensamento burguês, a questão do método deve ser averiguada sob dois ângulos: como método de conhecimento e como método de ação ou metodologia da intervenção. Entre o primeiro e o segundo há uma cisão. Na perspectiva positivista, o método de conhecimento vincula-se ao processo de abstração, da formulação da teoria que, por princípio, deve ter uma utilização prática. O método de intervenção ou a metodologia de intervenção circunscreve-se às fases que compreendem o estudo da realidade ou diagnóstico – levantamento e interpretação dos dados com o objetivo de identificar a situação-problema; a intervenção – o desenvolvimento do plano, da ação das atividades; e a avaliação – mensuração do resultado da intervenção. Nessas fases que comportam a metodologia de intervenção, identificam-se e se definem o objeto e os objetivos da intervenção profissional, os procedimentos de ação e os instrumentais técnicos a serem utilizados.

O exercício profissional do assistente social, permeado e fundamentado no pensamento burguês, não contempla a unidade entre teoria e prática. Embaralhadas e comumente utilizadas de forma dicotômica, há a teoria, de um lado, como instrumento explicativo e justificador da realidade e, de outro, a prática, que se refere à intervenção na realidade, à efetivação de ações.

A racionalidade formal-abstrata restringe-se à quantificação dos atendimentos realizados, dos tipos de procedimentos adotados e dos recursos humanos e materiais utilizados, tendo em vista o cálculo tanto dos serviços prestados quanto dos recursos despendidos. O cálculo tem vínculo direto com a contrapartida dos recursos financeiros que cada instituição ou unidade deve receber e está, portanto, diretamente relacionado à lógica de custos e benefícios, mensurados segundo o valor de troca. Registra-se sempre a demanda atendida, e todos os aspectos da realidade que não servem diretamente ao cômputo do serviço prestado são descartados, não valorados, não utilizáveis, como a demanda não atendida, refugada ou a demanda implícita.

O trato metodológico dado *a posteriori* ao conjunto de informações coletadas referentes às condições de vida dos usuários, segundo a razão formal-abstrata, tem em vista a quantificação de todos os usuários atendidos em um período de tempo, a fim de traçar o perfil desses usuários, a identificação dos problemas sociais mais recorrentes,⁴ caracterizando e quantificando o atendi-

4. Se as instituições definem os serviços a serem prestados, os programas, as metas e os recursos disponíveis, as reais necessidades dos trabalhadores não se evidenciam na imediateza do cotidiano. As necessidades humanas dos trabalhadores são respondidas ou parcialmente respondidas pela burocracia e pelo Estado quando se instaura o conflito, quando a classe trabalhadora problematiza e politiza as suas necessidades.

mento realizado. A sistematização dos dados e das atividades executadas redonda em relatórios concisos, objetivos.

Do ponto de vista do pensamento burguês, distinguem-se os conceitos dados *a priori* e os conceitos *a posteriori* ou empíricos. Os conceitos empíricos vinculam-se às noções gerais que servem para a classificação dos objetos. Com a prevalência da manipulação de variáveis empíricas, das classificações dos objetos derivam os conceitos empíricos e, como tais, podem relacionar-se somente com uma variável ou o cruzamento de duas, três ou mais variáveis, permanecendo sempre a coisa em si, objetiva, em sua factualidade, do que decorre o desdobraimento do objeto, apreendido em sua evanescência, ausente de determinações, de contradições, de mediações, apenas em sua positividade.

Por tratar-se da realidade apreendida somente em sua evanescência, ora o objeto é o próprio usuário, destituído, por aquele que conhece, da capacidade para enfrentar os seus problemas, com suas debilidades físicas e culturais; ora o objeto é o problema em si, permanecendo nesse jogo a prevalência do objeto preso a forma. Redunda dessa dinâmica intelectual a busca por novos objetos para o Serviço Social, ou por novas dimensões para a atuação do assistente social, e, tanto pode ser caracterizado/justificado pela problemática quanto pelo procedimento ou estratégia de ação.

Nas sistematizações da prática profissional cujo discurso permeia-se pelo entendimento, é possível destacar a permanente busca por modelos prescritivos que homogeneizem as objetivações mediante a aplicação de esquemas, modelos de comportamento e de conhecimentos aplicados ao cotidiano da prática profissional. Nesses esquemas, prevalece a prática burocratizada e a repetitiva, as formas privilegiadas de reprodução da racionalidade formal-abstrata, cuja consciência atém-se ao entendimento.

4. Razão histórico-crítica e imediatividade

Os pensamentos filosófico, sociológico e econômico da burguesia – ou vinculados aos seus interesses – prendem-se à fenomenalidade dos processos sociais, como o funcionalismo que fundamentou o Serviço Social tradicional, ou a perspectiva fenomenológica na reatualização do conservadorismo ou as tendências pós-modernas na atualidade. Contudo, a imediatividade que orientou a consciência até essa passagem não pode ser descartada, desconsiderada.

A imediatividade tem um caráter social, e, segundo Lukács (1978, p. 97), em "toda sociedade ricamente articulada, ela é tão somente o modo pelo qual aparecem mediações largamente absorvidas, as quais o pensamento e a análise

se devem descobrir na realidade superando assim a imediatividade no plano conceitual.

Para desvelar a realidade social, descobrir/conhecer as mediações absorvidas pelo modo de ser da sociedade, parte-se do sensível, do imediato, porque na imediatividade se encontram ocultas as múltiplas relações entre o singular, o particular e o universal, que somente podem ser apreendidos no movimento dialético da realidade. Para colocar à luz as múltiplas mediações que conectam a particularidade e a universalidade, parte-se do concreto. É célebre a passagem na qual Marx (2003, p. 248) explicita o processo de abstração que conduz o pensamento ao conhecimento do real: "o concreto é concreto por ser a síntese de múltiplas determinações, logo, unidade da diversidade."

Na dialética materialista histórico-crítica, as determinações abstratas correspondem à reprodução do concreto por meio do pensamento. As condições histórico-sociais para a constituição da razão dialética de Marx (2004, 1988) foram estabelecidas a partir da década de 1840, quando se consolidou a ordem burguesa e se evidenciaram as possibilidades e os limites do modo de ser da sociedade do capital. No quadro de crise histórico-social e teórico-cultural que se instaurou naquele período, o proletariado emergiu como uma classe em si e para si, "capaz de resolver em sentido progressista as novas contradições geradas pelo próprio capitalismo triunfante", assinala Coutinho (1972, p. 8). Dessa crise teórico-social surgiram, segundo Netto (1994), as duas principais matrizes teóricas da modernidade: a obra marxiana e o par racionalismo analítico/irracionalismo.

A teoria social de Marx estabelece a crítica à ordem burguesa na perspectiva da classe trabalhadora e elabora a ontologia do ser social que tem o trabalho como categoria fundante, como práxis, no qual, ao transformar a natureza, o homem também é transformado, eleva-se socialmente, sempre fazendo recuar as barreiras naturais, sempre construindo a humanidade. Marx, segundo Lukács (1978, p. 85), elabora a sua ontologia valendo-se de uma lógica fundamental: que o "ser é um processo, o da natureza histórica do ser de qualquer formação econômica e, portanto, também do capitalismo". Ao desvelar o imediato, Marx (1988) demonstra que o capitalismo não é a forma eterna e absoluta de desenvolvimento social e, ao mesmo tempo, desnuda, combate e critica o fetiche da ordem burguesa e, conseqüentemente, o seu pensamento.

A razão dialética histórico-crítica pressupõe o saber imediato e o entendimento, mas os ultrapassa e reproduz o desenvolvimento da realidade em seu movimento contraditório, em sua complexidade. Ela torna-se a teoria social que extrai da própria realidade as condições estruturais e as suas transformações históricas e, se "formulam leis, estas abraçam a universalidade do proces-

so, mas de um modo tal que deste conjunto de leis pode-se sempre retornar – ainda que frequentemente através de muitas mediações – aos fatos singulares da vida" (LUKÁCS, 1978, p. 88).

Segmentos do Serviço Social brasileiro aproximaram-se da tradição marxista a partir de meados da década de 1960, quando se inicia o processo de questionamento em torno das relações sociais vigentes na sociedade capitalista e da própria funcionalidade da profissão nessa ordem societal. Para um segmento de profissionais do Serviço Social brasileiro, as respostas para os questionamentos que brotavam acerca da natureza, da funcionalidade e do significado da profissão poderiam apenas ser encontradas na teoria crítica compreendida com os valores da liberdade e da emancipação humana.

A perspectiva de análise para a descrição da prática profissional orientada pela razão materialista marxiana, a razão histórico-crítica, é aquela apontada por Marx (2007), que parte das condições reais da vida dos homens e não as perde de vista nem mesmo por um momento que seja, e concebe que "não é a consciência dos homens que determina o seu ser; é o seu ser social que, inversamente, determina a sua consciência", como afirma Marx (2003, p. 5). O processo de vida real dos homens é a história. A primeira premissa "de toda existência humana e, portanto, também de toda a história, é a premissa de que os homens para fazer história, se achem em condições de poder viver", declara Marx (2007, p. 49). A geração dos meios para satisfação das necessidades humanas é o primeiro ato histórico dos homens, a produção da vida material é uma condição fundamental de toda a existência dos homens, de toda história e deve ser cumprida todos os dias e todas as horas, assinala Marx (2007).

A prática é a atividade sensivelmente humana, expressão do lado ativo dos homens. O materialismo histórico-crítico apreende a atividade humana como atividade objetiva, diferentemente do idealismo, que apreende a atividade de maneira abstrata, como algo que desce do céu. A atividade sensível humana equivale à prática, à subjetividade. Sensibilidade, segundo Lukács (1990, p. 44), é considerada por Marx em dois sentidos – "de mundo sensível e de apreensão desse mundo, distinto do entendimento" (grifo do autor). Mundo sensível é "produto da indústria e do Estado social, no sentido em que é um produto histórico, o resultado da atividade de toda uma série de gerações", assinala Marx (2007, p. 67). Cada geração prossegue desenvolvendo as forças produtivas, a forma de intercâmbio, e modifica a organização social segundo as novas necessidades. A atividade sensivelmente humana transforma, portanto, a realidade. A prática transformadora da realidade é para Marx (2007) a práxis revolucionária ou atividade *prático-crítica*, aquela pela qual o

homem transforma o mundo, que "muda praticamente as coisas (Dinge) que ele encontrou diante de si" e transforma o homem.

Como toda vida social é essencialmente prática, a solução racional dos mistérios ocultos na imediatez da prática, a solução racional dos caóticos, insolúveis e naturalizados – encontram "sua solução racional na prática humana e no ato de compreender essa prática" (MARX, 2007, p. 29). O ato de compreender a prática implica a apreensão da essência por meio do pensamento. A essência humana, conforme Marx (2007, p. 28), "não é uma abstração inerente ao indivíduo singular. Em sua realidade ela é o conjunto das relações sociais". O indivíduo não está isolado do contexto, pois é um sujeito que produz as circunstâncias, e é por elas produzido.

Esses fundamentos alicerçam a descrição da prática profissional dos assistentes sociais na perspectiva da razão histórico-crítica. Destacam-se, nessa perspectiva, duas premissas. A primeira relaciona-se à compreensão de prática como atividade sensivelmente humana, transformadora, homólogo de prática, que encontra no processo de trabalho a sua expressão ímpar, porque ele funda o ser social e nele comparecem a matéria a ser transformada, os meios de trabalho e o produto, sintetizando a teleologia, a objetividade e a causalidade posta. A segunda premissa é a compreensão da prática profissional como constitutiva e constituinte do conjunto das relações sociais e, que, portanto, não pode ser apreendida abstraindo-a do processo histórico e nem pressupor o assistente social como um indivíduo isolado, refutando, portanto, o viés segundo o qual "cada assistente social tem uma prática profissional, depende do espaço institucional", ou "apenas aqueles que se encontram no cotidiano institucional compreendem os problemas relacionados à prática profissional".

A constituição paulatina da consciência no curso da evolução histórica pela mediação da atividade humana indica que ela é um produto social, é constitutiva do ser genérico, que deve atuar e se confirmar tanto em seu ser quanto em seu saber. Os objetos produzidos pelos homens não são, pois, objetos naturais, tais como se apresentam imediatamente, diz Marx (2004, p. 128), "nem o sentido humano, tal como é imediatamente e objetivamente, e sensibilidade humana, objetividade humana".

A prática profissional na perspectiva histórico-crítica apropria-se dos fundamentos teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo da profissão para: a) apreender as determinações, a legalidade e as contradições que permeiam as relações sociais – enfatizando as transformações no mundo do trabalho, o papel do Estado e da sociedade civil, a relação entre público e privado, as condições de vida de segmentos da classe trabalhadora, entre outros; b) elaborar análises, planejar e formular proposições no campo das políticas

sociais – os seus avanços, os desafios, os impactos, a avaliação de programas sociais; c) apreender e problematizar o significado do Serviço Social no âmbito das relações de produção e reprodução da sociedade capitalista; d) a refletir e sistematizar o exercício profissional.

Ao investigar a imediatez na prática do assistente social, verificou-se que os assistentes sociais, cujos fundamentos do seu exercício profissional encontram-se na perspectiva histórico-crítica, buscam apreender a profissão no contexto das relações sociais, na totalidade da sociedade capitalista contemporânea. O quanto se apreende das conexões entre o singular, o particular e o universal obviamente é determinado por condições objetivas e subjetivas, incluindo o próprio nível da consciência de reciprocidade do mundo exterior, o que não depende unicamente do indivíduo, mas do ser humano-genérico. As condições objetivas são determinantes nesse processo, pois, "não basta que o pensamento tenda para a realização; a própria realidade deve tender para o pensamento" (MARX, 1977, p. 9).

Outro aspecto relevante averiguado nas análises que descrevem a prática profissional na perspectiva histórico-crítica é o esforço realizado para se estabelecer a correlação entre as demandas institucionais, as demandas advindas das necessidades reais da classe trabalhadora e as demandas da própria profissão. Quando essa correlação é estabelecida, vislumbra-se o cotidiano profissional nos espaços sócio-ocupacionais e se revela, na rotina diária, que as demandas sociais ultrapassam a capacidade de respostas das instituições e as condicionalidades que se interpõem ao trabalho do assistente social.

Ao apreenderem as mediações entre a esfera do cotidiano, na qual prevalece o imediato, e as demais esferas do ser social, sobretudo a econômica e a política, os assistentes sociais vinculados à perspectiva histórico-crítica desmistificam o caráter de apostolado da profissão e a sua funcionalidade à ordem burguesa no controle sociocultural, econômico e ideológico da classe trabalhadora, vislumbra as possibilidades e os limites do exercício profissional. Tal compreensão da realidade e da profissão, como parte constitutiva da totalidade contraditória, somente foi possível quando, pela prática crítica, segmentos da profissão começaram a construir as balizas teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa da profissão na perspectiva da intenção de ruptura e estabelecer a crítica ao Serviço Social tradicional e as vertentes vinculadas aos interesses do capital, desmistificando-as.

A prática é construída na processualidade do cotidiano, no ato de satisfação das necessidades humanas. A prática profissional crítica que busca a coincidência do ato de mudar as circunstâncias com a atividade humana de maneira racional é construída cotidianamente, processualmente. É, pois, na

esfera do cotidiano do ser social que a prática profissional crítica deve provar o caráter terreno dos compromissos que a filiam à perspectiva de emancipação humana.

Referências Bibliográficas

- COUTINHO, Carlos Nelson. *O estruturalismo e a miséria da razão*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.
- GUERRA, Yolanda. *A instrumentalidade do Serviço Social*. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1999.
- HARVEY, David. *A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Loyola, 1989.
- HEGEL, Georg W. F. *Fenomenologia do espírito*. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.
- HELLER, Agnes. *O cotidiano e a história*. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- _____. *Sociologia de la vida cotidiana*. Barcelona: Edicions Península, 2002.
- LAMAMOTO, Marilda V.; CARVALHO Raul. *Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. São Paulo: Cortez/Celats, 1982.
- LAMAMOTO, Marilda V. *O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. São Paulo: Cortez, 1998.
- LABICA, George. *As teses de Feuerbach de Karl Marx*. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.
- LUKACS, György. *Prefácio à Sociologia de la vida cotidiana de Heller*. Agnes. Barcelona: Península, 2002.
- _____. *Introdução a uma estética marxista: sobre a categoria da particularidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- _____. *Ontologia do Ser Social: a falsa e a verdadeira ontologia de Hegel*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.
- MARCUSE, Herbert. *Razão e revolução: Hegel e o advento da teoria social*. São Paulo: Paz e Terra, 2004.
- MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988.
- _____. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.
- _____. *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. São Paulo: Boitempo, 2005.
- _____. *Contribuição à crítica da economia política*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003. (Coleção clássica).
- _____. *Introdução à prática profissional do Assistente Social*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- MONTAÑO, Carlos. *A natureza do Serviço Social: ensaio sobre sua gênese, a "especificidade" e sua reprodução*. São Paulo: Cortez, 2007.
- NETTO, José Paulo. *Razão, ontologia e práxis*. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, ano 15, n. 44, p. 26-42, 1994.
- _____. *Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1996.
- _____. *Capitalismo Monopolista e Serviço Social*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. *Filosofia da práxis*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.